

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM FORMAÇÃO DOCENTE PARA
A EDUCAÇÃO BÁSICA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – ARTIGO

Cajazeiras – PB
2023

LARISSE BATISTA PEDROSA

**DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A
ATUAÇÃO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS**

Artigo monográfico apresentado como requisito parcial para obtenção de Certificação da Pós-Graduação *Lato sensu* em Formação Docente para a Educação Básica, da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes

Cajazeiras – PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

P372d Pedrosa, Larisse Batista.
Desafios e potencialidades da coordenação pedagógica para a atuação docente nos anos iniciais / Larisse Batista Pedrosa. – Cajazeiras, 2023.
22f.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes.
Artigo Monográfico (Especialização em Formação Docente-Educação Básica) UFCG/CFP, 2023.

1. Coordenação pedagógica. 2. Atuação docente. 3. Escola pública.
Lopes, Wiama de Jesus Fretas. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 37.013

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

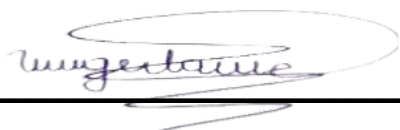
LARISSE BATISTA PEDROSA**DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A
ATUAÇÃO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS**

Aprovado em 23 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

(Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes)

(23/11/2023)



(Prof^ª. Dr^ª. Maria Gerlaine Belchior Amaral)

(23/11/2023)



(Prof^ª. Dr^ª. Pâmella Tamires Avelino de Sousa)

(23/11/2023)



(Prof^ª. Dr^ª. Edinaura Almeida Araújo)

(23/11/2023)

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A ATUAÇÃO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS

PEDROSA, Larisse Batista¹

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de analisar desafios e potencialidades da coordenação pedagógica para a atuação docente em escolas públicas. Diante disso, se faz necessário questionar por quais desafios e potencialidades a coordenação pedagógica pode ser articulada às práticas docentes na escola pública? Entende-se nesta produção que a coordenação pedagógica é estratégica para articulações de ações coletivas na unidade escolar e, para isso, é indispensável conhecer suas atribuições e competências diante das demandas sociais e políticas pelas quais a escola é desafiada. Quanto à metodologia aplicada, escolheu-se fazer uma pesquisa bibliográfica, de natureza básica qualitativa em que o processo de sistematização aconteceu a partir da análise de conteúdo ante ao estudo exploratório para com o tratamento de dados quanto às categorias e o referencial teórico. As categorias de análises que estruturaram este estudo foram: Coordenação Pedagógica em Franco (2016), Atuação Docente em Placco e Souza (2012), Escola Pública em Paro (2010) e em Almeida (2012) quanto à de relações interpessoais em atuação docente, entendendo que as categorias balizam discussões que se consensualizaram como relevantes na área temática da coordenação pedagógica. Com isso, a produção trata de temáticas como: as atribuições e atividades desempenhadas pelo profissional responsável da coordenação pedagógica; as ações, relações cotidianas da coordenação pedagógica ante à atuação docente em escolas públicas e os desafios e as potencialidades das atividades desempenhadas por profissionais desse segmento de coordenação de processos educativos. Sendo assim, os principais resultados da pesquisa envidada é que há desafios estruturais a serem superados para a efetivação das atribuições do profissional de coordenação pedagógica, principalmente, relativos à identidade profissional, mas compreender que sua principal potencialidade é a de contribuir com a articulação, formação e transformação da atuação docente ante a qualificação dos processos de ensinar e aprender ante à vivência da função social da escola.

Palavras-Chave: Coordenação Pedagógica; Atuação Docente; Escola Pública.

INTRODUÇÃO

A Coordenação Pedagógica surge na necessidade de articulação de ações pedagógicas e didáticas que contribuam para com a organização do trabalho pedagógico ante aos rendimentos discente, docente e institucional no cotidiano dos processos de ensinar e aprender com qualidade. Entende-se que suas atribuições estão ligadas ao desenvolvimento coletivo da unidade escolar e sua comunidade e, com isso, esta produção busca responder por quais desafios e potencialidades a coordenação pedagógica pode ser articulada às práticas docentes na escola pública?

¹ Graduada no curso de Licenciatura plena em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras, Paraíba, brasileira, e-mail: larissebatistacz1998@gmail.com.

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo geral: analisar desafios e as potencialidades da coordenação pedagógica para a atuação docente em escolas públicas, bem como, em seus objetivos específicos: circunscrever os principais desafios e potencialidades das atividades desempenhadas pela coordenação pedagógica na escola pública e refletir sobre ações e relações cotidianas da coordenação pedagógica no processo de consolidação de funções.

Esta produção se faz necessária pela dinâmica cotidiana de profissionais de coordenação pedagógica se encontrar em conflito com sua identidade, suas atividades e diversas atribuições, pelas quais, não fazem parte diretamente da articulação, formação e transformação das práticas ante à atuação docente e dos processos de ensinar e aprender da unidade escolar. A produção desse trabalho deu-se enquanto motivação pela necessidade de aprofundamento de estudos devido às diversas discussões, leituras e relatos entre os discentes da especialização sobre a função e atribuições do profissional de coordenação pedagógica em que não atuam de maneira efetiva em seus cargos e, por isso, a necessidade de referencialização e reflexões para tais fins.

A importância da coordenação pedagógica está diretamente concatenada às atribuições de construção, implementação e formação do Projeto político-pedagógico ante à atuação docente e, além disso, a contribuição desse profissional é de relevância para a base de formação de desenvolvimento dos professores. Porém, a partir de experiências com professores e profissionais da coordenação pedagógica, nota-se que profissionais da coordenação pedagógica ficam sobrecarregados com as diferentes atribuições em que são designados a fazer para além da atuação pedagógica. E, por isso, é necessário explorar os conceitos-chave que fazem parte da atuação desse profissional como os processos pedagógicos, a atuação docente, o ensino aprendizagem e o projeto político-pedagógico da unidade escolar, a fim de fortalecer sua identidade profissional, a qual historicamente se encontra em conflito diante das diversas variações de nomenclaturas e atividades em que é "imposto" à organização do trabalho pedagógico em sua atuação.

Dessa maneira, o trabalho está estruturado em dois momentos: o primeiro momento discorre sobre o processo de consolidação das funções e atividades da coordenação pedagógica em que se aponta a necessidade estratégica da função em escolas públicas, como as suas ações e relações cotidianas podem contribuir para com a atuação docente e os processos de ensinar e aprender dos discentes. No segundo momento, aprofunda-se na

resposta do questionamento inicial em que se apresentam os desafios e as potencialidades do profissional da coordenação pedagógica em escolas públicas ante à atuação docente para contribuir com os processos de ensinar e aprender, bem como esses desafios podem ser superados a partir de ações de articulação, formação, transformação e autoformação contínuas para com os processos e práticas pedagógicas do cotidiano escolar.

1. A coordenação pedagógica no processo de consolidação de funções e atividades

A coordenação pedagógica, em seu desenvolvimento de identidade profissional e contexto histórico percorrido, lhe foi dado diferentes nomenclaturas e atribuições, nos quais se fazem presente até hoje como supervisor escolar. Cruz e Pimentel (2022, p. 2) apontam que as “[...]variações de nomenclaturas encontradas no cotidiano dos diferentes espaços educativos, em tempos históricos distintos e na literatura pedagógica, configuram-se como uma das expressões notórias da dificuldade em definir, com clareza, a identidade profissional da coordenação pedagógica.” Sendo assim, se faz necessário apontar a distinção desses termos no qual dificulta a verdadeira atribuição desse profissional.

O termo coordenar, segundo o Dicionário Online de Português (Dicio, 2020), significa “dispor em certa ordem, segundo determinado sistema; organizar, arranjar, coordenar as parte de um discurso” ou seja, reunir ou dispor de uma certa ordem, de modo a formar um conjunto organizado a fim de se atingir um fim determinado.

De acordo com Cruz e Pimentel (2022, p. 6 e 7) “a ideia de coordenação se associa à organização e à reciprocidade, e por consequência à democracia, condizente com a nova perspectiva político-social do Brasil, enquanto supervisor associa-se à ideia de direção e controle de outrem, e, conseqüentemente, ao autoritarismo.”

A função da coordenação pedagógica surge na necessidade de articulação de ações pedagógicas e didáticas que contribuam para com os professores no cotidiano e nos processos de ensinar e aprender com qualidade, buscando atuar na organização do trabalho pedagógico ante aos rendimentos discente, docente e institucional no cotidiano e no processo do ensino-aprendizagem com qualidade, no caso da escola pública, socialmente referenciada. Ou seja, com condições de desenvolvimento de potencialidades de educandos de modo a serem capazes de ler o mundo, analisar e compreender estruturas de opressão e portarem-se de modo individual e em coletivos contra eventuais estruturas de opressão em prol de suas condições

materiais de qualidade de vida. Além de estar na função social da escola preparar seus educandos não somente para o mercado de trabalho, mas para o mundo do trabalho e para a luta por cidadania.

De acordo com os documentos oficiais que apresentaram os elementos normativos da Escola de Cara Nova (São Paulo, 1996b), o Professor Coordenador Pedagógico (PCP) deveria ser responsável pelo trabalho de articulação das ações pedagógicas e didáticas realizadas nas escolas e pelo subsídio ao professor no desenvolvimento das ações docentes, além de atuar no fortalecimento da relação entre escola e comunidade e na melhoria dos processos de ensinar e aprender.

É, ainda, atribuição da Coordenação Pedagógica as ações relativas à formação entre pares, elaboração, implementação, avaliação e retroalimentação do Projeto político-pedagógico - PPP, bem como a utilização de teorias, métodos e procedimentos pedagógicos aplicados às condições dos alunos e que resultem em maior eficácia e qualidade na consecução dos objetivos educacionais, a discussão e execução no coletivo escolar de critérios para formação de turmas, de acordo com orientações e normas e a lida com testes de avaliação externa, sem prejuízo de outros mecanismos implementados pela escola, entre outras atribuições político-pedagógica para o funcionamento da Unidade escolar.

Com a presença da coordenação pedagógica nas escolas podem ampliar-se experiências e práticas inovadoras dos agentes escolares, no qual, espera-se a participação coletiva no funcionamento e decisões da escola. Porém, o que se pode perceber historicamente é que com a inserção de professores coordenadores nas escolas, a função de coordenação pedagógica trouxe novas formas de disciplina em que favoreciam o controle docente e uma intensificação no modelo gerencialista e performático na administração escolar.

Segundo Placco e Souza (2012, p. 758),

[...] os desafios para promover a melhoria na qualidade do ensino nesse segmento são gigantescos, sendo necessário voltar a atenção para profissionais específicos dentro da escola que não têm recebido investimentos, principalmente no âmbito da formação, como é o caso do coordenador pedagógico.

O investimento na base de desenvolvimento político-pedagógico de profissionais da Coordenação Pedagógica configura-se na responsabilização do Estado de promover e

implementar propostas, projetos, formações para professores da Educação Básica e, para isso é necessário o mediador na escola, no qual, essa tarefa é assumida pelo profissional que ocupa a função articuladora, formadora e transformadora.

As autoras apontam que

as atribuições desses profissionais, definidas pelas legislações estaduais e/ou municipais, são muitas, envolvendo desde a liderança do projeto político pedagógico até funções administrativas de assessoramento da direção, mas, sobretudo, atividades relativas ao funcionamento pedagógico da escola e de apoio aos professores, tais como: avaliação dos resultados dos alunos, diagnóstico da situação de ensino e aprendizagem, supervisão e organização das ações pedagógicas cotidianas (frequência de alunos e professores), andamento do planejamento de aulas (conteúdos ensinados), planejamento das avaliações, organização de conselhos de classe, organização das avaliações externas, material necessário para as aulas e reuniões pedagógicas, atendimento de pais, etc., além da formação continuada dos professores. (Placco e Souza, 2012, p. 761)

Tais atribuições e legislações contribuem para a constituição da identidade profissional de profissionais na coordenação pedagógica como formador. Porém, é necessário explicitar que as atribuições formativas constituem a sua maioria das atividades e que os processos pedagógicos são o âmago da escola fazendo com que sua performatividade seja direcionada à tais processos com maior atenção e que os processos administrativos integram, mas não podem se sobrepor em razão de existência primeira jamais podem se sobrepor à importância de processos de ensino e aprendizagem dos docentes e discentes, visto que “coordenar o pedagógico pressupõe instaurar, incentivar e produzir constantemente um processo reflexivo, prudente, sobre todas as ações da escola, com vistas à produção de transformações nas práticas cotidianas.” (Franco, 2016, p. 18). Portanto, os profissionais de coordenação pedagógica devem ser capazes de incentivar, motivar, problematizar, sensibilizar a base de desenvolvimento profissional de docentes em seus processos de (auto)formação continuada sob bases político-pedagógicas.

Percurso metodológico

A abordagem metodológica selecionada para esta pesquisa baseou-se em uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, sendo um trabalho de pesquisa bibliográfica, na qual buscou-se analisar a importância da coordenação pedagógica para o processo de organização do trabalho pedagógico em escolas públicas. É preciso destacar que o processo de sistematização

aconteceu a partir da análise de conteúdo ante ao estudo exploratório para com o tratamento de dados quanto às categorias e o referencial teórico relativo às potencialidades da coordenação pedagógica ante à atuação docente.

A pesquisa bibliográfica ocorreu relativos às categorias de Coordenação pedagógica em Franco (2016), Atuação docente em Placco e Souza (2012), Escola pública em Paro (2010), entendendo que as categorias nessas autorias são discussões que se consensualizaram como relevantes na área temática da coordenação pedagógica. Além disso, também foram procedimentos sobretudo a partir de estudos de Luck (2000; 2009) em Organização do trabalho pedagógico; em Cruz e Pimentel (2022) acerca de Coordenação pedagógica e em Almeida (2012) quanto à de relações interpessoais em atuação docente. A pesquisa deu-se pelas experiências profissionais empreendidas entre a pesquisadora e escolas que possuem dificuldades para/com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com a direção e coordenação que entre outros motes, apontam para o fato de não reconhecerem-se em suas atribuições em função de se conhecer a organização do trabalho pedagógico ante às relações docente, discente, institucional ante à organização do trabalho pedagógico.

A seleção dos textos aconteceu a partir de pesquisas sobre as categorias de análise citadas acima nos portais: Google Acadêmico, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Scielo e Capes. Tal seleção deu-se a partir dos textos que possuíam como palavras chaves as categorias de análise, além das leituras de resumos em que continham autores academicamente reconhecidos na subárea de coordenação pedagógica. Também em relação à técnica de pesquisa este estudo se deu também com a análise de conteúdo, a fim de analisar as informações presentes referente aos desafios e potencialidades da coordenação pedagógica ante a atuação docente nas produções do referencial, balizado por reflexões sobre relações, habilidades, competências e referenciais das práticas pedagógicas para com os profissionais de coordenação pedagógica.

Os textos que foram utilizados para a análise e produção desse trabalho foram escolhidos a partir da necessidade de contextualizar, exemplificar as ações expressas por trabalhadoras e trabalhadores na coordenação pedagógica em consonância com os desafios e potencialidades em que tais profissionais podem estar atuando na orientação do planejamento escolar e para a organização do trabalho pedagógico.

2. Ações e relações cotidianas da coordenação pedagógica ante a atuação docente em escola pública

A articulação do trabalho coletivo e a construção de um Projeto político-pedagógico são ações de responsabilidade da coordenação pedagógica em prol de um fortalecimento de uma gestão democrática que deveria se contrapor aos modelos burocráticos e autoritários de administração. Porém, no cotidiano escolar, é perceptível que profissionais da coordenação pedagógica se perdem na quantidade de atividades cotidianas difusas e emergenciais que a escola apresenta que não se fazem tão importante quanto parte de suas atribuições.

As mudanças históricas das atividades desempenhadas pelos coordenadores os apontam como responsáveis pela elevação dos níveis de desempenhos escolar expressos nas avaliações externas e, mais uma vez, move a coordenação pedagógica à função de monitorar e intervir no trabalho docente, não como alguém para contribuir com os processos de ensinar e aprender de qualidade, mas para supervisionar e controlar o trabalho docente em prol de resultados nas avaliações externas.

O princípio fundante da coordenação pedagógica é formar as bases de autonomia, a consciência e sentidos acerca da organização do trabalho pedagógico junto aos docentes da unidade escolar e, conseqüentemente, contribuir com a qualificação dos processos de ensinar e aprender. Para isso, é preciso compreender que a função de supervisor escolar não é mais suficiente, pois, como aponta Cruz e Pimentel (2022) a diferenciação dos termos a esse profissional proporciona mudanças além da sua nomenclatura, mas diretamente nas suas ações e prioridades que esse profissional deve ter-se diante do processo pedagógico e diante do contexto educacional se fazendo necessário analisar desafios e potencialidades da coordenação pedagógica para a atuação docente em escolas públicas.

É necessário se compreender, portanto, a concepção de processos/práticas pedagógicas e atuação docente entendendo que não são as mesmas coisas apesar de estarem interligadas, pois a atuação docente é uma especificidade do processo pedagógico pois, segundo Stecanela (2015, p. 165) se refere a “escolha de caminhos de mediação para atender às demandas que o estudo da realidade indica”, ou seja, à transposição didática, estratégias e ações que os professores adotam a fim de cumprir as expectativas de aprendizagem das instituições formais de ensino, podendo ou não possuir ações interdisciplinares, enquanto que os processos e/ou práticas pedagógicas estão diretamente ligados às ações interdisciplinares que favoreçam a formação crítica dos educandos e necessidades da escola em conjunto e, portanto, não são as mesmas coisas.

Com esse fim, é preciso conhecer quais são os processos pedagógicos de responsabilidade desse profissional? Os processos de ensinar e aprender, oferecer subsídios ao professor, manter as relações interpessoais no ambiente escola de maneira favorável, manter relações com pais e a comunidade escolar, acompanhar as ações docentes. Conseguir que esses processos ocorram de maneira simultânea, articuladas, organizadas é de responsabilidade do profissional de coordenação pedagógica. Também é função desse profissional promover ações de mudanças no ambiente escolar, mas para que essa transformação possa vir ocorrer, é preciso superar a visão do profissional de coordenação como alguém que está ali para controlar, medir e ordenar aos professores. Ações de direção, controle, de docentes em processo de consolidação contínua de suas bases de atuação, possa ser que faça parte do cotidiano de ações da coordenação, afinal a coordenação pedagógica integra um núcleo dentro de uma dinâmica sistêmica ainda com necessária hierarquia. No entanto, um sistema hierárquico, mas essa não é ou não deveria ser sua vertente para conseguir tais objetivos, dado que profissionais de coordenação pedagógica devem ser capaz de incentivar, motivar, problematizar, sensibilizar a base de desenvolvimento profissional de docentes em processo de consolidação contínua de suas bases de atuação. O trabalho pedagógico tende a corroborar para o tipo de sociedade e sujeitos que estamos formando e onde, como, com o que, contra o que estamos consciencializando determinados fins.

É preciso destacar que as atribuições da coordenação pedagógica, segundo Fernandes (2012, p.809) deve ser a de “[...] assessorar a direção da escola na articulação das ações pedagógicas e didáticas; subsidiar o professor no desenvolvimento de seu trabalho e em sua formação, e favorecer e organizar os momentos de reflexão coletiva” e não confundir as atividades de coordenação pedagógica da escola ante à atuação docente com demandas burocráticas e de responsabilidade de diretor escolar.

Atividades como estas, fortalecem a identidade na coordenação pedagógica e contribui para que os processos de ensinar e aprender sejam de qualidade e, para isso, é preciso envolver a escola e os profissionais como responsáveis pelo bem da organização e da sociedade. Nesse sentido, as autoras Placco e Souza (2012) apontam que

[...] o coordenador pedagógico tem papel fundamental na gestão dos processos escolares, sobretudo na formação de professores, e que o investimento na formação continuada dos docentes é um dos caminhos para a melhoria da qualidade da educação básica no país – o que exige também

investimento na formação inicial e continuada do próprio coordenador. (Placco e Souza, 2012, p. 758).

A função de profissionais na coordenação pedagógica volta-se para a articulação dos processos pedagógicos, de ensino aprendizagem, da produção de novas práticas e saberes profissionais, assim como, para os processos formativos com a organização da gestão escolar enquanto comunidade de aprendizagem na qual a escola se posiciona. É necessário compreender que a função pedagógica está imbricada em um complexo processo de mudança e inovação das situações educativas e, para isso, é indispensável que a coordenação pedagógica carregue “um forte componente axiológico e ético” (Franco, 2016, p. 18) e, com isso, demonstre que profissionais em coordenação pedagógica também devam buscar investir em formação inicial e continuada. Porém, é preciso enfatizar questões como: se as atividades da coordenação pedagógica são de formação inicial e continuada dos docentes para a melhoria da educação básica e quem contribui com a formação de integrantes na coordenação pedagógica, sob este aspecto, cabe discorrer sobre a necessidade de autonomia e formação continuada a partir da cogestão da escola, no qual, a partir de dinâmicas formativas podem facilitar a transformação das experiências no cotidiano escolar, assegurando que a escola pública se torne um ambiente de aprendizagem e um espaço de formação contínua marcado pela reflexão, pensamento, análises e novas práticas pedagógicas.

Para tanto, é fundamental a clareza da função social da escola pública, na qual deve estar comprometida com: o desenvolvimento de capacidades/potencialidades cognitivas, afetivas, motoras e sócio interacionais dos educandos/sujeitos; a socialização/sociabilidade humana; a compreensão de democracia enquanto modo de vida, regime, sistema e vivências implicadas; domínio e vivência do direito ao contraditório; respeito e tolerância às diversidades; pluralidades cultural, política e religiosa; dignidade humana; formar/preparar para o mundo do trabalho, compreendendo que o mercado de trabalho está contido no mundo do trabalho assim como a geração de renda, e mundo do trabalho; Também para com a democracia e cidadania como valores, forma de vida, sistema e regime de participação/integração qualificada nos rumos de desenvolvimento da sociedade.

Sabendo disso, a escola pública é

(...) escola gratuita cujas portas se franqueiam a todos sem distinção de classes, de situações, de raças e de crenças, é, por definição contrária e a única que está em condições de se subtrair a imposições de qualquer pensamento sectário, político ou religioso, [cuja] educação fundada em

princípios e sob a inspiração de ideais democráticos. (Ghiraldelli Junior, 2006, p.265)

Com isso, a escola pública é o espaço capaz de discutir, acompanhar, orientar e refletir criticamente sobre informações, construir autonomia, trabalhar com a diversidade, inclusão, direitos humanos que possibilitem às pessoas a viverem plenamente, conviver democraticamente e atuar de modo afirmativo na valorização das diferenças, no combate às desigualdades sociais, com direito à participação do desenvolvimento dos rumos da sociedade. É nessas instituições que as crianças, jovens, adultos e idosos têm contato com a diversidade de conhecimentos, com as diferenças, a ciência, as culturas e a arte e, por isso, deve ser espaço de exercício da cidadania e de práticas democráticas, múltiplas e diversas, de valorização das singularidades e diferenças em que tem o compromisso com a equidade e justiça social para o pleno desenvolvimento humano.

3. Desafios e potencialidades das atividades desempenhadas pela coordenação pedagógica na escola pública

A coordenação pedagógica está presente em todo o contexto escolar e, principalmente, nas relações sociais que ocorrem dentro e fora das escolas. Pois a coordenação contribui com o ambiente escolar em prol de um ensino aprendizagem de qualidade que colabora com a formação de cidadãos em seus processos de sociabilidade humana.

Como seres humanos, necessitamos de relações sociais desde o nascimento, na qual dependemos do outro para sobrevivência. Na relação escolar, não é diferente. Os professores entram em uma relação com os alunos e os demais ao seu redor com uma intencionalidade de cuidar referencializado pela atuação de profissionais que possuem conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento de habilidades e competências em que as crianças vem a desenvolver mais do que a relação eu-outro do contexto familiar em que estão inseridos, compreendendo assim que os seres humanos são geneticamente sociais e se constituem na relação um com o outro. Almeida (2012, p. 42), afirma que “nascemos e nos tornamos cada vez mais humanos quanto mais nos enriquecemos com o outro que passa a fazer parte de nós (*socius*). De que maneira? A partir do acolhimento, do cuidado desse outro.” Portanto, o cuidar deve estar presente nos desafios e atribuições da coordenação pedagógica e significa está atento ao bem estar do outro, significa ajudá-lo a crescer e, para isso é preciso intervir.

Como o cuidar e as relações interpessoais interferem diretamente no espaço escolar e no conhecimento ali construído é de responsabilidade da coordenação pedagógica contribuir

com o fortalecimento de tais relações. Porém, quais ações podem ser construídas para que essas relações se fortaleçam? E o que pode ser feito para que essas relações não se tornem uma dificuldade na escola?

Na direção de tais possíveis respostas, as ações do cuidar, na relação pedagógica são diferentes conforme o estágio de desenvolvimento do aluno; porém envolvem sempre o comprometimento, a disponibilidade para conhecer as necessidades do outro naquele momento, naquele contexto determinado” (Almeida, 2012, p. 43). O professor precisa levar em consideração o contexto social dos alunos, com o conhecimento que esteja sendo construído, assim como a figura da coordenação pedagógica tem que ter um cuidado constante com o fazer pedagógico e com as necessidades que os professores apresentam nas suas relações cotidianas com os outros e consigo mesmo. Somente é possível ter ações formadoras, transformadoras e articuladoras se as ações desenvolvidas fizerem sentido para o professor e, conseqüentemente, para a aprendizagem discente, ou seja, fizer parte do cotidiano da escola ali presente, tornando-o responsável pelo processo.

Destaca-se, então, que o espaço escolar como espaço de aprendizagens e relações “ao aceitar que a escola é o espaço para trabalhar o conhecimento, assumimos que as relações interpessoais, as relações eu-outro podem e devem estar comprometidas com o conhecimento e que, portanto, a escola deve ter um olhar especial para o fortalecimento dessas relações.” (Almeida, 2012, p. 43), entendendo que a escola tem um compromisso social e político com os indivíduos que dela participam.

É por isso que profissionais na coordenação do pedagógico de escolas necessitam articular as ações desempenhadas nas suas atividades a partir de referências cotidianas do professor e que faça sentido para eles, pois como afirma Capra (2002, p. 123 *apud* Almeida, 2012, p. 44):

As coisas em que as pessoas prestam atenção são determinadas pelo que essas pessoas são enquanto indivíduos, pelas características culturais de suas comunidades de prática. Não é a intensidade ou a frequência de uma mensagem que vai fazê-la ser ouvida por elas; é o fato de a mensagem ser ou não significativa para elas. (Capra, 2002, p. 123).

Cabe à coordenação pedagógica, portanto, nos processos de formação, pautar suas atividades e atribuições de maneira efetiva, ter de conhecer os sujeitos, se relacionar, promover formações de acordo com a relação professor-aluno, refletir o ensinar e aprender e

discutir o cuidado como orientação pedagógica, articulando a equipe escolar e os conhecimentos em um conjunto de referência e sentido consensualizado para a escola. É indispensável que a coordenação pedagógica seja agente estratégico de desenvolvimento profissional contínuo de docentes ante à autonomia, conhecimento pedagógico e compromisso político dos docentes que integram a escola, à medida que esse profissional deve perceber-se como um educador o qual precisa “produzir a articulação crítica entre professores e seu contexto; entre teoria educacional e prática educativa; entre o ser e o fazer educativo, num processo que seja ao mesmo tempo formativo e emancipador; crítico e compromissado” (Franco, 2016, p 19).

No tocante a tais aspectos, Almeida (2012) aponta atribuições e habilidades da coordenação pedagógica junto a docentes como cuidados que podem contribuir para o desenvolvimento dos processos pedagógicos e práticas docentes, tais como estes: cuidar do fazer, habilidade de fazer-se próximo a comunidade escolar, de observar, olhar e ouvir, de responder aos sentimentos, de encaminhar soluções, cuidar do conhecimento elaborado, da elaboração de projetos de vida éticos e cuidar de si mesmo.

O cuidar do fazer compreende que o fazer do professor começa desde o planejamento das aulas aos objetivos que desejam ser alcançados, entende-se que o cuidar com o fazer é dá importância às consequências que esse fazer pode ocasionar desde as relações do professor-aluno, aluno-saber e aluno-aluno. Está implícito que a proposta conteúdo selecionado deva ser significativo para o aluno e que o momento de desenvolvimento de cada um deva ser considerado. A habilidade de fazer-se próximo aos docentes, discentes, funcionários, gestão e comunidade escolar implica que o professor/coordenador precisa fazer com que as pessoas ao seu redor sintam-se próximas e responsáveis pelo desenvolvimento de conhecimentos construídos nas relações e no espaço escolar.

É fundamental que a coordenação pedagógica possua a habilidade de observar, olhar, ouvir, apontar para a capacidade de registrar, analisar, ordenar e perguntar sobre o que acontece em prol de buscar por resoluções para as situações encontradas; observar a postura do aluno, as questões formuladas por eles, respeitar a forma de pensar de cada um, escutar as expressões de cada um, ouvir os interesses; buscar por uma relação afetiva, no qual, propicie uma dinâmica articuladora com o processo cognitivo, entendendo que os sentimentos e as emoções são o caminho para a aprendizagem, bem como ser capaz de responder aos sentimentos e a capacidade de expressar os sentimentos, dar os alunos a possibilidade de

manifestar-se, propiciar diálogos, respeitar os sentimentos de cada um, ser empático e ter uma preocupação legítima com os sentimentos dos envolvidos nessas relações.

Assim, observar e não desempenhar ações para solucionar os problemas, não é suficiente. É primordial a habilidade de encaminhar soluções e está ligada às ações. É necessário promover diálogos, buscar envolver os estudantes nos problemas levantados, escolher objetivos, determinar como atingir tais objetivos e fazer acordos para a execução e confiar na capacidade de cada um. Tudo isso deve ser feito coletivamente e com a colaboração de todos em uma dinâmica que precisa ser compreendida em seu contexto e nas relações que acontecem.

O cuidar do conhecimento elaborado está ligado ao conteúdo obtido e cuidar desse conhecimento significa respeitar a cultura e o homem que o construiu e foi construído por ele. Assim, o coordenador/professor pode partir dos conhecimentos elaborados e buscar relacionar com novos conhecimentos nas suas práticas pedagógicas para seu desenvolvimento, entendendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas em constante evolução.

A coordenação pedagógica em relação a base de formação e de desenvolvimento para com os professores expõe o crucial processo reflexivo e transformador da práxis docente e é também a partir da ação pedagógica da coordenação na escola que se evidencia atividades essencialmente voltadas à organização, compreensão e transformação da práxis docente que só será possível de acontecer se possuírem fins coletivamente organizados e eticamente justificáveis ante ao que possa vir a ser socialmente referenciado.

Além disso, cuidar da elaboração de projetos de vida éticos significa que, para o desenvolvimento da criança, é preciso que o professor tenha cuidado com os estímulos selecionados para o momento de elaboração de projetos envolvendo o desenvolvimento da vida dos estudantes. E, para isso, é necessário levar em conta o que o aluno conhece e quais os procedimentos adequados para apresentação de conteúdos atitudinais. Compreender a dinâmica de relações entre as crianças, o processo de acolhimento e exclusão, o clima escolar e de classe, bem como para com as relações interpessoais de professores-alunos, alunos-alunos, expressar receptividade ao outro, além de valores apreendidos vividos e compartilhados como cooperação, generosidade, solidariedade.

Pois, como Almeida (2012, p.54) aborda “ética não é dar um catálogo de regras: é discutir com os alunos o que seus atos significam em termos de necessidades, sentimentos, consequências e projetos de vida seus e dos outros. Acima de tudo, é vivê-la, em sua relação

com o aluno.” Tal necessidade formativa deve estar também voltada à consolidação de competências em relação aos/para os professores, uma vez que, quando se propõe um projeto de vida, se põe em questão quem somos? Quais são os meus valores? E quem eu quero ser no futuro? Esses questionamentos são respondidos na medida em que vivemos na relação com o outro e com o que aprendemos com o outro a partir de ações docente com *éthos* político pedagógico e em relação à função social da escola pública na qual possui caráter diferenciado.

Pois, a escola é um espaço essencial para transpor e envolver valores éticos essenciais na construção da identidade do aluno compreende-se que a transposição desses valores acontece pela prática do dia a dia e não somente pelo discurso. Nessa perspectiva, Pedrosa (2022, p.28) aponta que

[...] a escola existe não somente para transpor conteúdos programáticos. Pois os conteúdos são patrimônios históricos devidos e inalienáveis para os sujeitos e educandos, devendo ir além dessa transposição de conteúdos, os educandos além de aprender a ler, escrever, dominar técnicas de matemática, precisam ter domínio de compreensão e análise da realidade social, interpretação, ler e posicionar-se ante à realidade social. Portanto, a educação pública tem um compromisso com o desenvolvimento do País a partir da estrutura de desenvolvimento de sociabilidade humana, da socialização, da qualidade de vida de um povo, de uma nação, dos processos de consciência da realidade em que se vive e da possibilidade de convivência com o diferente em função das bases de respeito, tolerância, direito do contraditório.

Concebe-se, então, as práticas cotidianas da coordenação pedagógica devem se firmar em uma base de atuação que seja capaz de compreender que docentes e a escola pública não são meros reprodutores de conhecimentos, mas construtores e colaboradores para uma sociedade justa, crítica e menos desigual. Para isso, é preciso compreender o valor e o verdadeiro sentido da função social da escola pública em que Paro (2010) aponta, por sua natureza histórica, como o espaço para construção de conhecimentos e, principalmente, para a socialização dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados como patrimônio da humanidade, devendo contribuir para com o desenvolvimento do senso crítico, das habilidades cognitivas e de seres humanizados em uma sociedade que convive e orienta as relações interpessoais ante o mundo, para o mundo. Uma das referências para a organização do trabalho pedagógico e, portanto, das bases de atuação da coordenação pedagógica.

E, por fim, a habilidade de cuidar de si mesmo, uma vez que, como coordenação vai transpor bons conhecimentos, sentimentos, valores para outras pessoas se ele não obtiver de si

próprio. Haja vista que, ser capaz de cuidar do outro implicar em cuidar de si. Prestar atenção em si mesmo, identificar situações provocadoras de sentimentos negativos e positivos em relação ao seu desenvolvimento profissional, além de buscar os sentidos que seu trabalho tem para si, aceitar limitações, identificar seu jeito de si e refletir se esse jeito o satisfaz; também identificar as mudanças que precisam ser feitas e compartilhar certezas e dúvidas que se caracterizam fundamentos para a atuação da coordenação pedagógica, bem como, administrar seu tempo para com o trabalho, família, entre outros, para que não se sobreponham e propor objetivos atingíveis e enfrentar os obstáculos que surgirem.

Atividades como essas, contribuirão tanto consigo mesmo como no âmbito de trabalho e evitará que se perca em meio a tantos processos pelos quais é responsável. Sendo assim, “entendemos que o cuidado pressupõe reciprocidade; quando me proponho a cuidar, recebo respostas de cuidado em meu entorno” (Almeida, 2012, p. 59). Portanto, a importância do cuidar se apresenta no cotidiano escolar em que cada ação e atividade desenvolvida na escola são reflexos dos profissionais que nela se envolve e buscar por uma equipe escolar que se torne responsável pelo conhecimento e aprendizado ali construído é o que evidenciará o desempenho satisfatório e cuidados com o ensino. Para tanto, faz-se necessário que o profissional de coordenação pedagógica seja capaz de articular redes de apoio, contatos, partilhas, socializações e a autoformação contínua em suas ações em prol de contribuir efetivamente com o processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de responder a questão inicial dessa produção, na qual, se questiona quais os desafios e as potencialidades da coordenação Pedagógica ante à atuação docente, teceremos algumas proposições destacadas. Os Profissionais de coordenação pedagógica vivem um dilema entre as diferentes nomenclaturas ao qual a sua identidade foi acometida durante o percurso histórico de desenvolvimento da sua profissão, por isso é preciso deixar claro que o seu trabalho está diretamente ligado à articulação, formação e transformação das práticas pedagógicas ante à atuação docente e os processos de ensinar e aprender. Nas primeiras décadas dos anos 2000, profissionais da educação ainda confundem a função dos coordenadores pedagógicos e suas atribuições com a do gestor escolar em atribuições administrativas e gerenciais ou com as demandas da Secretaria de Educação, na qual, não

conhecem a demanda e necessidades dos professores e dos alunos e deviam dá atenção maior na área pedagógica e nos processos de ensinar e aprender da escola que faz parte.

Outro desafio a ser superado é a autoformação da coordenação em que são responsáveis a formar os professores, mas há pouco investimento nas suas formações. O universo da informação cada vez mais exige novas demandas e novos conhecimentos a serem elaborados e com isso demandam mais tempo e novas habilidades. Posto isso, as Secretarias Municipais de Educação demandam uma grande quantidade de formações a esses profissionais, porém de maneira aligeiradas, tecnicistas e superficiais, faltando um investimento maior de tempo e dinheiro para com eles, sobrecarregando de forma burocrática as ações na coordenação ante à atuação docente. Formar a equipe docente é uma das principais atribuições de integrantes da coordenação pedagógica, mas para isso depende de um investimento do estado e município para contribuir com tais formações e, além disso, ainda há a resistência de professores que estão acostumados a fazer as mesmas atividades de inculcação e reprodução de conteúdo no cotidiano das salas de aulas, dificultando ainda mais tais formações.

Um desafio a ser enfrentado por profissionais de coordenação pedagógica são as avaliações externas. As avaliações externas, por exemplo, são importantes para o processo pedagógico, pois elas demonstram resultados e meios do que e como precisa melhorar, mas a escola não pode funcionar de forma tecnicista em prol de tais avaliações, pois a sua função social não a permite a tramitar-se a somente isso. Os professores querem dar conta de formar os alunos especificamente para passar na prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em um tempo muito curto e as formações continuadas para tais objetivos acontecem de maneiras aligeiradas e sem nenhuma organização de tempo, espaço e necessidades dos discentes e docentes.

As ações da unidade escolar precisam estar permeadas do contexto de vivência dos alunos em que são mais importantes do que as demandas que a Secretaria Municipal de Educação envia, pois o coordenador deveria conhecer as necessidades dos docentes, discentes e da unidade escolar. As demandas das Secretarias Municipais de Educação - SME são importantes, mas elas não podem se sobrepor sob as demandas da unidade escolar, na qual tem a principal relação do processo pedagógico que é o processo de ensinar e aprender.

Compreende até aqui que as atribuições do profissional de coordenação pedagógica são múltiplas, vai desde a implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP),

assessoramento administrativo da direção até a formação continuada dos docentes. Mas é preciso destacar que o assessoramento aos processos administrativos não podem se sobrepor sob os processos pedagógicos como: avaliação dos resultados dos alunos, diagnóstico da situação de ensino e aprendizagem, supervisão e organização das ações pedagógicas cotidianas (frequência de alunos e professores), andamento do planejamento de aulas (conteúdos ensinados), planejamento das avaliações, organização de conselhos de classe, organização das avaliações externas, material necessário para as aulas e reuniões pedagógicas, atendimento de pais, etc., além da formação continuada dos professores.

É necessário salientar que o profissional de coordenação pedagógica tem a atribuição de assessoramento administrativo à direção, porém, é necessário deixar claro as atividades e funções de cada contribuinte e funcionário escolar, de forma que todos possam contribuir de maneira assertiva cada atividade. E, com isso, não quero dizer que o coordenador não possa fazer algo que é de responsabilidade de outra pessoa, mas deixar claro que não é a função de coordenação pedagógica contribui para o processo de desenvolvimento pedagógico que ali se encontra presente na base e nos fluxos de formação continuada dos sujeitos que constituem a Escola.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. O coordenador pedagógico e a questão do cuidar. In. ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; SOUZA, Vera Maria Nigro de; (Orgs.). **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 41-60.
- BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 maio 2016.
- COORDENAR. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/coordenar>. Acesso em: 04 jun. 2023.
- CRUZ, José Ewerton Feitosa; PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. A identidade profissional da coordenação pedagógica: tensões e perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 38, n. 00, 2022. DOI: 10.21573/vol38n002022.120142. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/120142>. Acesso em: 29 set. 2023.
- FERNANDES, Maria José da Silva. O professor coordenador pedagógico nas escolas paulistas: da articulação pedagógica ao gerenciamento das reformas educacionais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 04, 2012, p.799-844.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; CAMPOS, Elizabete F. Esteves. (Orgs.). **A coordenação do trabalho pedagógico na escola: processos e práticas**. Santos, SP: Editora Universitária Leopoldianum, 2016.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

LÜCK, Heloísa. (Org.). Gestão escolar e formação de gestores. **Em Aberto**, Brasília, v.17, n.72, p. 1-195, fev./jun. 2000.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PINTO, Umberto de Andrade. **Pedagogia e pedagogos escolares**. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. O coordenador pedagógico: aportes à proposição de Políticas Públicas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 147, set./dez., 2012, p. 754-771.

PEDROSA, Larisse Batista. Bases de competências na atuação da gestão escolar. Cajazeiras, 2022. **Monografia** (Licenciatura em Pedagogia) - UFCG/CFP.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Resolução SE nº 28/1996. Dispõe sobre o processo de seleção, escolha e designação de docente para exercer as funções de Professor Coordenador, em escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas. **A escola de cara nova**. São Paulo, 1996b.

STECANELA, Nilda. A metodologia de pesquisa em sala de aula na formação e na atuação docente. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 163-178, maio/ago. 2015.